



DIREITO EMPRESARIAL

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO EMPRESARIAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Gama Distribuidora de Alimentos Ltda., em 08/10/2024, ajuizou execução de título extrajudicial para cobrança de valores relativos a dois cheques, emitidos por José. O primeiro cheque foi emitido em 17/02/2024, no valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), e o segundo, em 20/04/2024, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais). Os cheques foram emitidos em São Paulo/SP, o primeiro pagável nessa mesma cidade e, o segundo, em Recife/PE. Ambos os cheques possuem garantia pessoal cambiária firmada por Maria no anverso, em favor do emitente. José e Maria foram incluídos no polo passivo da execução.

O juízo da Comarca da 3ª Vara Cível da Capital do Estado de São Paulo, despachou a inicial da ação executiva e determinou a citação dos réus para as providências legais. Maria, citada regularmente, procura você para patrocinar a defesa na ação. Tendo acesso aos autos do processo no dia 05/11/2024, você verifica que:

- I. o emitente nomeou bem à penhora, com termo de penhora de automóvel e juntada de laudo de avaliação ao processo;
- II. o oficial de justiça certificou nos autos a juntada do mandado de citação dos réus, no dia 02/11/2024;
- III. os cheques não são pós-datados, tendo o primeiro sido apresentado para compensação no dia 20/02/2024 e devolvido na mesma data por insuficiência de fundos disponíveis (há carimbo de devolução do primeiro cheque no verso da cártula); o segundo foi apresentado na agência sacada em Recife/PE pelo beneficiário e exequente, no dia 03/05/2024, sendo também devolvido pelo mesmo motivo do primeiro cheque;
- IV. os cheques não foram protestados.

Com base no caso hipotético acima apresentado, elabore a peça judicial cabível. (5,0)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Marcela, administradora da empresa Ômega Detetização Ltda, em conluio com três amigos, realizou empréstimos a eles em nome da sociedade, a fim de obter crédito para si, o que era vedado pelo contrato social. Essas práticas reiteradas descapitalizaram a sociedade porque a dívida não foi honrada.

Após 2 anos e 6 meses, foi decretada a falência da empresa, com fundamento na impontualidade injustificada. No decorrer do processo falimentar, o administrador judicial verificou a prática, antes da falência, de outros atos pelo administradora, em unidade de propósitos com seus amigos - dentre eles, a transferência de bens do estabelecimento a terceiros, lastreados em pagamentos de dívidas inexistentes.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, às indagações abaixo:

- A) Qual a medida judicial cabível para recuperar os bens e valores que foram subtraídos do patrimônio da sociedade empresária?(0,65)
- B) Quem tem legitimidade ativa para a referida ação e qual o prazo para sua propositura? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Giovanni Muniz tem um filho relativamente incapaz. Além de ser empresário individual atuante na área de eventos, Giovanni também integra a sociedade empresária Moreira e Muniz Ltda., distribuidora de artigos de decoração. Com o objetivo de se dedicar integralmente à empresa de eventos, Giovanni pretende transferir para o filho parte das quotas que possui na sociedade, cujo capital social encontra-se integralizado.

Tendo em vista o caso hipotético, responda fundamentadamente, às indagações abaixo:

A) Será permitido o ingresso do incapaz no quadro social de uma sociedade? (0,65)

B) Caso Giovanni se torne também incapaz, a continuação da empresa individual deverá necessariamente ser encerrada? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Fernando é proprietário de uma padaria e precisa de um veículo automotor para entregar os produtos de seu estabelecimento aos clientes, mas não tem numerário suficiente para adquiri-lo. Ele foi aconselhado por uma antiga amiga, agora advogada, a celebrar um contrato de arrendamento mercantil.

Com base na hipótese formulada, responda aos itens a seguir.

- a) Ao final do contrato, Fernando será obrigado a comprar o veículo ou renovar o contrato? (Valor: 0,60)
- b) A cobrança antecipada do valor residual garantido nesses casos, descaracteriza o contrato de leasing? (Valor: 0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Alberto emitiu uma cártula   vista em favor de Estela. Antes da apresenta o a pagamento, Estela realizou endosso-mandato da cártula para Alda.

Com base na hipótese apresentada, responda aos itens a seguir.

- a) Alda poderá realizar novo endosso sem as restri es daquele realizado em cobrança? (Valor: 0,65)
- b) O endosso-mandato perde eficácia caso Estela venha a falecer antes do pagamento? (Valor: 0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

